

PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

PL dos Portos: texto para mudar capítulo trabalhista é entregue

Federações de trabalhadores e empresas chegaram a um acordo para incluir substitutivo no projeto de lei

BÁRBARA FARIAS E MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

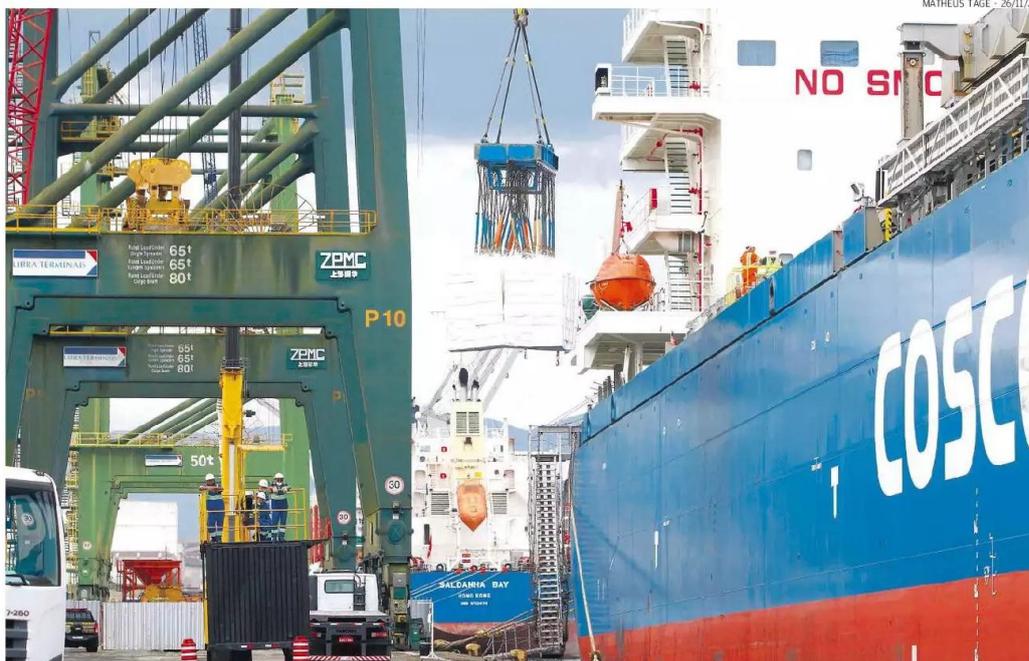
Representantes das federações de trabalhadores e operadores portuários entregaram, na última quarta-feira, à comissão especial que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, de revisão da Lei dos Portos, na Câmara dos Deputados, o texto substitutivo para o capítulo trabalhista da proposta.

“Entregamos o acordo ao presidente da comissão especial, ao relator e ao deputado Leur Lomanto Júnior (União), que apresentou o Projeto de Lei 733/2025. Foi muito bem recebido pelas partes. Então, agora é trabalhar para fazer com que ele seja acatado, antecipando muito essa relação capital e trabalho”, disse o presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira.

Trabalhadores e empresas chegaram a um acordo sobre o principal ponto de discordância no projeto. O entendimento ocorreu na última segunda-feira, em reunião no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em Brasília. Foi assinado um memorando que formaliza a construção de um consenso inédito sobre temas laborais em debate, como a definição das atividades portuárias, certificação profissional, critérios para contratação de trabalhadores, entre outros.

Assinaram o documento, pelos trabalhadores, as federações nacionais dos Estivadores (FNE), dos Portuários (FNP) e dos Conferentes e Conservadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios (Fencovib). A Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) representou as empresas.

O presidente da FNE comemorou. “Foi um processo de negociação que começou em 19 de dezembro do ano passado. Para



MATHEUS TAGÉ - 26/11/21

Projeto de lei que revisa a legislação do sistema portuário brasileiro tem como principal ponto de divergência as questões trabalhistas

OTIMISMO

“Entregamos o acordo ao presidente da comissão especial, ao relator e ao deputado Leur Lomanto Júnior (União), que apresentou o Projeto de Lei 733/2025. Foi muito bem recebido pelas partes. É trabalhar para fazer com que ele seja acatado”

José Adilson Pereira
Presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE)



SAMUEL ANDRADE/ESPECIAL PARA A TRIBUNA - 21/5/25

nós, é a consolidação do diálogo social”.

Pereira explicou que o acordo estabelece definições sobre o que é porto, quais são as atividades portuárias e a certificação profissional do trabalhador. “Ajustamos a contratação com vínculo empregatício, que não acontecia corretamente, porque tem muita discussão sobre a exclusividade, ajustamos o processo de negociação coletiva e fortalecemos os órgãos gestores de mão de obra”.

O sindicalista disse ain-

da que foi criado um pacote social que vem com indenização dos trabalhadores mais velhos, com a garantia de remuneração básica e uma política para dizer até que idade o portuário precisa trabalhar. “Criando uma compensação por estar saindo do sistema. Também foram definidos alguns prazos de transição de um modelo para o outro”.

PIONEIRO

Trata-se do primeiro acordo do tipo já formalizado no setor portuário, entre

TEMAS

O acordo assinado entre as federações e levado aos deputados federais contempla pontos relevantes ao setor, como definições e classificações do trabalho portuário, certificação dos trabalhadores, critérios de contratação com vínculo empregatício, regras para negociação coletiva, entre outros temas. Cabe agora ao Legislativo incluir as propostas no projeto.

junto aos parlamentares e à sociedade.

“Um acordo dessa magnitude não ocorre sem que todos os envolvidos estejam absolutamente comprometidos. Nunca na história do sistema portuário brasileiro havia sido possível um entendimento assinado pelo setor empresarial e pelo setor laboral sobre textos de legislação. É histórico”, celebrou o presidente da Fenop, Sérgio Aquino.

Para o presidente da FNP, Sérgio Giannetto, “tivemos discussões de alto nível e vamos sair melhores do que estamos, porque está havendo um regramento que antes não havia”.

O presidente da Fencovib, Mário Teixeira, também destacou o acordo. “Tivemos uma negociação muito honesta, com atenção aos trabalhadores. Esperamos que o documento seja bem recepcionado pela comissão e incorporado ao PL”.

trabalhadores e o setor produtivo. O objetivo é subsidiar os deputados com sugestões equilibradas e amplamente discutidas entre os setores envolvidos para que sejam inseridas no texto do projeto de lei.

As entidades signatárias se comprometeram a adotar as propostas como posicionamento conjunto em suas tratativas com o Governo Federal, o Legislativo e demais instituições. Também é previsto o engajamento coordenado na defesa do conteúdo